RESUMO: Este artigo analisa a importância da implementação de práticas pedagógicas antirracistas na Educação Infantil como forma de garantir o direito das crianças à representatividade, ao reconhecimento cultural e à valorização da diversidade étnico-racial desde os primeiros anos de vida. O estudo tem como objetivo central discutir como a escola pode atuar de maneira efetiva no enfrentamento ao racismo estrutural por meio de ações educativas que promovam uma infância plural e equitativa. A abordagem metodológica adotada consiste em uma revisão teórico-documental fundamentada em autores e autoras como Nilma Lino Gomes, Bell Hooks, Kabengele Munanga, Patrícia Hill Collins e Cida Bento, articulando esses referenciais com os marcos legais e curriculares brasileiros, como a Lei nº 10.639/03, a Lei nº 11.645/08, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Ao longo do texto, são discutidas práticas pedagógicas concretas, como mediações literárias com protagonismo negro e indígena, projetos de identidade e autorretrato, atividades com as famílias e uso da documentação pedagógica como ferramenta de visibilidade e reflexão. As considerações finais evidenciam a urgência de romper com o mito da infância neutra e reconhecer que o racismo atravessa as experiências infantis de maneira profunda e estruturante. O artigo conclui que a efetivação de uma educação antirracista exige intencionalidade, formação crítica dos(as) profissionais da educação, escuta sensível das crianças e compromisso ético com a construção de uma escola que celebre e respeite as múltiplas infâncias presentes no cotidiano escolar brasileiro.
PALAVRAS-CHAVE: Educação antirracista; Infância plural; Representatividade; Diversidade étnico-racial; Práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

Vivemos em um país historicamente marcado pelas desigualdades raciais, sustentadas por um racismo estrutural que se manifesta desde os primeiros anos de vida. A Educação Infantil, como primeira etapa da educação básica, não está isenta dessas marcas e, portanto, tem o papel essencial de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, plural e antirracista. Isso exige uma atuação pedagógica intencional, que reconheça, valorize e promova a diversidade étnico-racial nas experiências das crianças pequenas.

Segundo Nilma Lino Gomes (2017, p. 20), "a educação antirracista não é uma proposta para ser trabalhada apenas com crianças negras, mas com todas as crianças, pois é um projeto de sociedade." A autora reforça que a infância não está alheia às dinâmicas do racismo, uma vez que as crianças estão imersas em um contexto social que reproduz estereótipos e silenciamentos. Dessa forma, a educação antirracista desde a infância precisa atuar na formação de valores, atitudes e representações que rompam com a inferiorização das identidades negras, indígenas e não brancas.

No Brasil, a legislação respalda essa prática. A Lei nº 10.639/03 e a Lei nº 11.645/08 tornam obrigatórios o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena em todas as etapas da educação básica, incluindo a Educação Infantil. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por sua vez, reconhece o direito das crianças ao respeito à identidade, à diferença e à igualdade, indicando que o currículo deve valorizar as diferentes culturas e histórias presentes na sociedade brasileira. No entanto, como alerta Maria Aparecida Bento (2022, p. 68), "o pacto da branquitude sustenta práticas que mantêm privilégios silenciosos, inclusive nos espaços escolares, onde muitas vezes se naturaliza a ausência da representatividade negra."

Compreender a criança como sujeito ativo e produtor de cultura implica ouvi-la e oferecer experiências pedagógicas que dialoguem com sua identidade. A autora Patricia Hill Collins (2019, p. 30) defende que "as relações raciais são construídas socialmente através da linguagem, da imagem e da experiência

cotidiana", o que evidencia a importância de escolhas pedagógicas que rompam com a hegemonia cultural branca e eurocêntrica, predominante nos espaços educativos. Assim, práticas antirracistas não se resumem a datas comemorativas, mas exigem continuidade, coerência e presença cotidiana.

Nesse sentido, muitas experiências têm mostrado que é possível promover práticas potentes e transformadoras com crianças pequenas. Em uma turma de crianças de 4 a 5 anos, por exemplo, a professora trabalhou com o livro O cabelo de Lelê, de Valéria Belém, promovendo uma roda de conversa sobre os diferentes tipos de cabelo. A atividade despertou o interesse das crianças em reconhecer suas próprias características e falar com orgulho de sua aparência. Após a leitura, produziram autorretratos com colagens e desenhos, discutindo com entusiasmo sobre como se viam. Crianças negras verbalizaram pela primeira vez que achavam seu cabelo bonito, enquanto outras aprenderam a valorizar a diversidade dos colegas.

Outro exemplo significativo vem de uma creche pública da zona leste de São Paulo, onde as educadoras desenvolveram bonecos de pano com tons variados de pele, tipos de cabelo e roupas inspiradas em culturas afro-brasileiras e indígenas. Esses bonecos passaram a compor o canto da imaginação e, a partir deles, as crianças foram convidadas a inventar histórias, nomeá-los e criar vínculos afetivos. A representatividade visual e simbólica desses materiais fortaleceu a presença da diversidade no cotidiano das interações infantis.

Em um projeto intitulado "Quem sou eu?", outra escola organizou um painel com fotos e falas das famílias sobre as origens culturais das crianças. A proposta incluiu músicas africanas e indígenas, danças, comidas típicas e contação de histórias, proporcionando um ambiente de valorização e pertencimento. As crianças foram estimuladas a compartilhar suas origens com orgulho e a escutar as histórias dos colegas, promovendo o respeito mútuo desde cedo.

Essas experiências revelam que, quando o educador assume uma postura ética e politicamente comprometida com a equidade racial, é possível transformar o ambiente escolar em um espaço de resistência e afeto. Como lembra Kabengele Munanga (2004, p. 19), "não se combate o racismo apenas com boas intenções, mas com uma educação antirracista que questione os fundamentos da desigualdade racial". A prática pedagógica precisa estar atenta às formas sutis e simbólicas de reprodução do racismo e buscar romper com elas.

Contudo, os desafios ainda são muitos. A formação inicial e continuada dos(as) professores(as) nem sempre contempla uma abordagem crítica das questões étnico-raciais. Muitas vezes, há receio, desconhecimento ou naturalização do racismo cotidiano. Além disso, a ausência de materiais didáticos diversos e a resistência institucional à mudança curricular comprometem a efetividade da legislação vigente.

Por isso, construir uma infância plural requer coragem, sensibilidade e compromisso político. Trata-se de reconhecer que as crianças não são "pequenas demais" para falar sobre raça, identidade ou diferença. Elas percebem, nomeiam e sentem. E, se não formos nós — educadores e educadoras — a possibilitar vivências de empatia, respeito e pertencimento, outros discursos preencherão esse lugar.

Educar de forma antirracista desde a infância é, portanto, mais do que uma escolha pedagógica: é uma responsabilidade ética. É possibilitar que todas as crianças, em especial as que historicamente foram silenciadas, possam crescer com a certeza de que suas histórias, seus corpos e suas culturas têm lugar no mundo e merecem ser celebradas.

DESENVOLVIMENTO

No contexto educacional brasileiro, o debate sobre a equidade racial tem ganhado progressivamente mais visibilidade, impulsionado por décadas de luta dos movimentos negros e indígenas. Entretanto, essa visibilidade ainda é incipiente quando observamos os espaços da Educação Infantil, onde muitas vezes prevalece uma concepção idealizada da infância como território "inocente", "neutro" ou "puro", desconsiderando que o racismo é uma construção social e cultural que incide, direta ou indiretamente, nas ex-

periências das crianças desde os primeiros anos de vida. Nesse sentido, compreender a urgência de uma prática pedagógica antirracista na Educação Infantil é reconhecer que a infância não está fora das dinâmicas de poder, exclusão e desigualdade social, e que os processos formativos precoces são decisivos na constituição de sujeitos críticos, autônomos e conscientes de sua identidade e da existência do outro.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) orientam que o trabalho pedagógico nas creches e pré-escolas deve respeitar a diversidade étnico-racial, religiosa, de gênero, geracional e cultural, garantindo às crianças o direito ao pertencimento e ao reconhecimento de sua identidade individual e coletiva. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por sua vez, aponta a diversidade como eixo fundamental da educação, afirmando que o currículo da Educação Infantil deve promover o respeito às diferentes culturas, modos de vida, histórias e saberes presentes no contexto sociocultural das crianças. Tais princípios dialogam diretamente com a legislação federal, especialmente a Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, e a Lei nº 11.645/08, que estende esse direito às culturas indígenas.

Apesar dessas garantias legais, a implementação efetiva de uma pedagogia antirracista nas instituições de Educação Infantil ainda enfrenta inúmeros obstáculos, entre eles: a ausência de formação crítica dos(as) educadores(as), a escassez de materiais didáticos representativos, a resistência de parte das famílias e da gestão escolar, e a permanência de discursos que minimizam os impactos do racismo na infância. Como destaca Nilma Lino Gomes (2017, p. 23), "não há neutralidade na prática pedagógica: toda ação educativa carrega valores, crenças, intencionalidades e omissões que podem reforçar ou combater as desigualdades existentes." Portanto, a educação antirracista deve ser assumida como um projeto político-pedagógico de transformação social, que requer, antes de tudo, uma mudança de postura ética e epistemológica no interior das escolas.

Nesse processo, é imprescindível reconhecer que a infância é um campo simbólico de disputas. A maneira como as crianças se percebem e percebem o outro está profundamente vinculada às imagens, narrativas, práticas e experiências às quais têm acesso. Bell Hooks (2019) propõe a noção de uma pedagogia do afeto e da liberdade, argumentando que ensinar é, sobretudo, um ato político, e que não é possível educar para a libertação se ignoramos as estruturas de opressão que atravessam nossos corpos e subjetividades. A autora defende que a docência deve estar alicerçada na escuta ativa, na valorização das múltiplas vozes e no enfrentamento das violências simbólicas que ocorrem nos espaços escolares.

Dessa forma, a Educação Infantil, como primeira etapa da educação básica, precisa ser compreendida como território de disputa de sentidos e de reconstrução de valores. O espaço da creche ou da pré-escola deve deixar de ser apenas um local de cuidado ou preparação para a escolarização formal e se consolidar como ambiente de produção de cultura, de trocas intersubjetivas e de vivências plurais. Cida Bento (2022, p. 85), ao analisar as dinâmicas do racismo institucional, afirma que "a infância negra e indígena é marcada por silenciamentos e ausências, que se refletem na forma como essas crianças são vistas, tratadas e representadas no espaço escolar." É necessário, portanto, transformar a escola em um lugar onde essas infâncias não apenas existam, mas sejam reconhecidas em sua dignidade, potência e especificidade.

Uma das formas mais eficazes de promover esse reconhecimento é por meio de práticas pedagógicas que tornem visível a diversidade étnico-racial como valor e não como exceção. A mediação literária com protagonismo negro e indígena é uma dessas estratégias. Ao selecionar livros cujos personagens centrais são crianças negras, indígenas ou com características fora do padrão eurocêntrico, os(as) educadores(as) oferecem às crianças a possibilidade de se verem representadas e de expandirem seus referenciais culturais. Livros como Amoras (Emicida), O cabelo de Lelê (Valéria Belém), Sulwe (Lupita Nyong'o) e Histórias da Preta (Heloisa Pires Lima) têm sido utilizados em diferentes redes de

ensino como ponto de partida para conversas sobre identidade, ancestralidade, autoestima e pertencimento. Além da leitura, é fundamental que esses momentos sejam acompanhados por rodas de conversa e produções simbólicas que ampliem o diálogo, como desenhos, dramatizações, releituras e autorretratos.

Outra prática significativa envolve o uso de brincadeiras, músicas e jogos de matriz africana e indígena, que valorizem os saberes e expressões dessas culturas como parte integrante do repertório infantil. A introdução de instrumentos musicais como atabaques e maracás, o ensino de danças como o jongo e o toré, e a escuta de cantigas em línguas indígenas, como o guarani, permitem que as crianças vivenciem a diversidade cultural de forma lúdica, afetiva e corporalizada. Essas ações desconstroem a visão folclórica ou exótica sobre essas culturas, evidenciando sua riqueza, beleza e complexidade.

Os projetos pedagógicos também são espaço potente de enfrentamento ao racismo. Um exemplo é o projeto "Quem sou eu?", realizado em uma escola pública de São Paulo, em que as crianças foram convidadas a trazer fotos e histórias de suas famílias, montar painéis sobre sua origem e produzir autorretratos. O projeto foi complementado com visitas de familiares à escola, que compartilharam memórias, comidas típicas e objetos culturais. A abordagem integradora permitiu que a diversidade presente nas turmas fosse reconhecida e celebrada, promovendo o respeito mútuo e a construção de vínculos mais empáticos.

É importante destacar ainda a função da documentação pedagógica como ferramenta de visibilização das práticas antirracistas. Registrar as falas das crianças, suas produções gráficas e corporais, suas hipóteses e reflexões, permite tornar explícito o modo como elas compreendem o mundo e como ressignificam as experiências oferecidas. Além disso, a documentação se constitui como dispositivo formativo para os educadores e educadoras, que passam a refletir criticamente sobre suas próprias práticas, identificando avanços, lacunas e possibilidades de transformação.

Apesar dos avanços, ainda são muitos os desafios que atravessam a efetivação de uma pedagogia antirracista na Educação Infantil. Um dos principais é a permanência de uma concepção de currículo que ignora ou minimiza as questões raciais, mantendo conteúdos e abordagens que privilegiam uma visão eurocêntrica da história, da literatura e da estética. Como aponta Kabengele Munanga (2004, p. 22), "o Brasil ainda convive com o mito da democracia racial, que serve como estratégia de apagamento das desigualdades históricas que afetam negros e indígenas." Desconstruir esse mito é tarefa urgente para a escola, que precisa assumir sua responsabilidade no combate às violências simbólicas e institucionais que alimentam o racismo estrutural.

Outro desafio é a necessidade de formação continuada crítica e específica para os(as) profissionais da Educação Infantil. Muitos educadores e educadoras ainda não se sentem preparados para abordar a temática racial com as crianças e, por medo de errar ou de gerar conflitos, optam pela omissão. Essa postura, no entanto, reforça a reprodução de estereótipos e a exclusão de saberes. A formação antirracista deve incluir o estudo de autores e autoras negros(as) e indígenas, o debate sobre o papel histórico da escola na manutenção das desigualdades raciais e a construção coletiva de estratégias pedagógicas que façam sentido no contexto de cada comunidade.

A intencionalidade pedagógica, portanto, deve estar presente em todas as escolhas: nos livros, nos brinquedos, nos materiais expostos nas salas, nas músicas cantadas, nas conversas diárias, nas celebrações culturais e nas relações entre adultos e crianças. Como afirma Patricia Hill Collins (2019, p. 44), "a experiência e o conhecimento das mulheres negras e de outros grupos marginalizados desafiam as formas dominantes de saber, revelando perspectivas que precisam ser reconhecidas como válidas e legítimas." Na Educação Infantil, reconhecer essas vozes e saberes é um ato de justiça.

Educar para uma infância plural e antirracista é mais do que cumprir uma obrigação legal: é um gesto ético, político e afetivo. É afirmar que todas as crianças, em sua diversidade, têm o direito de se ver, de se sentir

acolhidas e de viver experiências que lhes permitam crescer com dignidade e orgulho de quem são. Trata-se de formar sujeitos que não apenas reconheçam as desigualdades, mas que também se comprometam, desde cedo, com a construção de um mundo mais justo.

Além disso, é imprescindível compreender os impactos do racismo desde os primeiros anos de vida. Estudos em psicologia e educação revelam que a criança negra ou indígena pode internalizar sentimentos de inferioridade quando não se vê representada positivamente nos materiais, brinquedos ou interações escolares. Segundo Sueli Carneiro (2003), o racismo opera como uma "lógica de negação de humanidade", e seus efeitos são absorvidos pela criança como rejeição de sua aparência, cultura e valor social. Essa rejeição, ainda que não verbalizada, compromete profundamente a formação da autoestima e da identidade. Frantz Fanon (2008), em suas reflexões sobre a colonização do imaginário, afirma que "o olhar do outro racializa o corpo negro desde a infância", o que reforça a necessidade de práticas pedagógicas que atuem como contranarrativas a essas violências simbólicas.

A Educação Infantil, ao considerar o desenvolvimento integral da criança, precisa reconhecer a dimensão subjetiva e afetiva do racismo. A BNCC estabelece, no campo de experiências "O eu, o outro e o nós", a importância de práticas que favoreçam a construção da identidade e a valorização das diferenças. Isso significa que a escuta atenta, o acolhimento sensível e a validação das experiências e sentimentos das crianças são ações pedagógicas fundamentais para reparar os danos emocionais causados pelas exclusões cotidianas.

Outro aspecto central da educação antirracista é a valorização da ancestralidade e dos saberes tradicionais como potência pedagógica. A presença das culturas africanas e indígenas na escola não deve se restringir a datas comemorativas ou à exotização das práticas, mas ser incorporada de maneira viva, respeitosa e crítica no currículo e nas interações cotidianas. Ailton Krenak (2019), pensador indígena, afirma que "educar é também uma forma de manter viva a memória do nosso povo". Incorporar essa memória nos projetos pedagógicos significa incluir narrativas, histórias, músicas, práticas corporais e espirituais que dialoguem com o território e com as famílias.

Por exemplo, trabalhar com contação de histórias de matriz oral africana e indígena, como os contos de Ifá ou as narrativas guarani, permite às crianças acessar formas de conhecimento que foram historicamente silenciadas pelo colonialismo. Além disso, incluir práticas como pintura corporal, rodas de saberes com membros da comunidade, cultivo de ervas tradicionais, cantos de rezo e danças circulares resgata uma dimensão de pertencimento e espiritualidade que amplia o horizonte cultural das crianças. Como defende Grada Kilomba (2019), "descolonizar é devolver a palavra àqueles que foram silenciados", e isso começa com a escuta das vozes ancestrais e das crianças que com elas se conectam.

Essas experiências conectam os campos de experiência da Educação Infantil à construção de uma pedagogia decolonial, em que as crianças aprendem não só conteúdos, mas também modos de existir, sentir, nomear e cuidar. Assim, o corpo, a oralidade, a coletividade e a ancestralidade deixam de ser marginalizadas e passam a ser reconhecidas como epistemologias válidas, vivas e necessárias para a formação de sujeitos éticos, sensíveis e comprometidos com a justiça social.

Para que a educação antirracista se consolide como uma prática contínua e não episódica, é fundamental reconhecer o papel estratégico da Educação Infantil na construção de uma infância plural, consciente e ética. Trata-se de compreender que, ao contrário da ideia de que a criança "ainda não entende", ela é um sujeito pleno de cultura, história e capacidade de reflexão. A infância é um território simbólico de produção de sentidos, e como tal, é marcada por disputas, tensionamentos e aprendizagens profundas. Como afirma Paulo Fochi (2022), "a infância não é ausência, mas presença potente no mundo". Por isso, a escola que acolhe as crianças precisa romper com os modelos homogêneos e colonizadores de infância e garantir espaços em que múltiplas formas de ser, de viver e

de existir sejam reconhecidas e legitimadas. A Educação Infantil, ao atuar na formação de valores e atitudes, contribui decisivamente para a desconstrução de estereótipos desde os primeiros anos. A BNCC estabelece, nos campos de experiência "O eu, o outro e o nós" e "Escuta, fala, pensamento e imaginação", que as crianças têm o direito de desenvolver a empatia, o respeito às diferenças, a comunicação e a escuta ativa. Isso implica que a escuta das crianças deve ser entendida não apenas como um recurso didático, mas como ato político-pedagógico. Escutar é reconhecer a existência do outro como legítima, é validar sua voz e suas experiências. Como afirma Adriana Friedmann (2019), "ouvir as crianças é comprometer-se com suas realidades, seus desejos e sua potência de transformação".

Nesse sentido, a escuta das infâncias negras e indígenas adquire um lugar estratégico no combate ao racismo. As crianças expressam, por meio de gestos, desenhos, brincadeiras, perguntas e silêncios, como percebem o mundo e como elaboram o pertencimento — ou a exclusão — em seus contextos. Ignorar essas manifestações é perpetuar o silenciamento histórico. Por outro lado, abrir espaço para que falem de si, de sua história e de suas famílias é um gesto de reconhecimento e afirmação de identidade. Em uma escola de educação infantil no Rio Grande do Sul, por exemplo, uma professora propôs uma roda de conversa com o tema "o que é bonito para você?". Uma criança negra respondeu: "meu cabelo, igual da minha mãe". A afirmação, aparentemente simples, foi celebrada pela turma, que a partir dali iniciou uma série de atividades sobre beleza e diversidade.

A agência infantil, portanto, precisa ser entendida como força transformadora. As crianças têm capacidade de questionar, criar hipóteses, elaborar explicações e propor soluções. Quando incluídas de forma ativa em projetos que envolvem identidade, ancestralidade e diversidade, elas se tornam produtoras de cultura e agentes de mudança. A proposta de trabalhar com autorretratos, por exemplo, torna-se mais potente quando as crianças são convidadas a dizer quem são, como querem ser representadas, quais palavras gostariam de ver escritas junto de suas imagens. A pedagogia antirracista só se efetiva quando há diálogo real com as infâncias.

A escuta sensível e a valorização das narrativas infantis são caminhos para que a escola não apenas fale sobre diversidade, mas a viva cotidianamente. Como lembra Walter Kohan (2013), "a criança não é apenas quem aprende: ela também ensina, provoca, desloca". Portanto, é urgente que os projetos de educação antirracista deixem de tratar as crianças como destinatárias passivas e passem a vê-las como protagonistas de uma nova cultura de respeito, reconhecimento e equidade.

Outro aspecto essencial da educação antirracista na infância é o fortalecimento do vínculo entre escola, famílias e comunidade no enfrentamento ao racismo. A articulação entre esses espaços amplia a potência das ações pedagógicas e contribui para que a temática da diversidade étnico-racial não se restrinja ao ambiente escolar. Quando a escola convida as famílias a participarem dos projetos, compartilham-se saberes e experiências que valorizam a ancestralidade, o território e os modos de vida de cada criança. A construção de uma infância plural passa pela escuta ativa das famílias, especialmente daquelas pertencentes a grupos étnicos historicamente marginalizados. Como propõe Paulo Freire (1996), "a escola deve partir do saber do educando", e, nesse sentido, o saber das famílias e da comunidade deve ser valorizado como fonte legítima de conhecimento.

Práticas como rodas de memória com avós, oficinas com mulheres negras da comunidade, saraus culturais e festas de origem afro-brasileira e indígena fortalecem o sentimento de pertencimento e transformam a escola em território de resistência. A BNCC, ao tratar da "Exploração e valorização do território e da cultura", reforça que o contexto local deve ser referência na organização curricular, e isso se realiza na medida em que a escola reconhece que a comunidade ao seu redor é produtora de cultura e história. Além disso, envolver as famílias no debate racial possibilita que elas também se percebam como agentes educativos e contribui

para enfrentar resistências que possam surgir diante da abordagem crítica da questão racial com as crianças.

Nesse sentido, é preciso também considerar como a escola avalia e acompanha suas práticas antirracistas. A avaliação na Educação Infantil, como apontam as DCNEI, deve ser processual, formativa, qualitativa e baseada na observação atenta e na escuta sensível. Isso significa que a escola não deve avaliar apenas o desempenho das crianças, mas também o impacto e a coerência de suas próprias ações educativas. Quais experiências têm promovido a valorização das identidades negras e indígenas? As crianças têm se sentido representadas? As famílias têm se envolvido nos processos? O currículo reflete a diversidade racial e cultural presente na comunidade?

Essas perguntas precisam nortear a prática docente e a reflexão coletiva. A documentação pedagógica, quando orientada por princípios antirracistas, torna-se um instrumento poderoso de análise e transformação. Registrar falas, desenhos, expressões corporais e interações permite compreender como o racismo é percebido, nomeado ou naturalizado pelas crianças — e como essas percepções podem ser ressignificadas por meio da ação educativa. Como afirma Jussara Hoffmann (2003), "avaliar é acolher a singularidade do sujeito, sua cultura, sua história e seu tempo". Nesse sentido, avaliar sob a ótica da equidade racial é um exercício contínuo de revisão de práticas, escuta de sujeitos e reposicionamento ético.

Portanto, o enfrentamento ao racismo na infância não se realiza apenas por meio de conteúdos, mas pela maneira como a escola se posiciona em relação às famílias, à comunidade e a si mesma. É necessário construir uma cultura institucional de responsabilidade, monitoramento e compromisso antirracista. Isso exige planejamento, mas também coragem: coragem para romper com neutralidades, para se abrir ao diálogo, para rever estratégias e para atuar coletivamente em prol de uma educação verdadeiramente transformadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação antirracista na Educação Infantil é uma urgência ética, política e pedagógica que exige engajamento cotidiano, compromisso institucional e disposição pessoal para o enfrentamento das heranças históricas de desigualdade que estruturam a sociedade brasileira. Ao longo deste trabalho, procuramos demonstrar que não se trata de um tema acessório ou de um modismo acadêmico, mas de uma necessidade histórica, sustentada por leis, diretrizes curriculares e, sobretudo, pela experiência concreta de crianças que, desde muito pequenas, vivenciam o racismo em suas mais diversas formas — seja pela ausência de representatividade nos livros, brinquedos e materiais didáticos, seja pelas microviolências cotidianas que marcam seu lugar na escola.

Ao retomar os marcos legais, como a Lei nº 10.639/03, a Lei nº 11.645/08, a BNCC e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), vemos que há um amparo jurídico robusto que reconhece o direito das crianças negras, indígenas e de todas as origens étnico-raciais à valorização de sua cultura, história, corporeidade e linguagem. No entanto, constata-se que, mesmo diante dessas legislações, a escola brasileira ainda falha em efetivar práticas pedagógicas comprometidas com a pluralidade e a equidade racial. A permanência de currículos monoculturais, a reprodução de estereótipos e a omissão diante do racismo explícito ou velado nas interações escolares indicam que o problema não está na falta de normas, mas na ausência de vontade política, preparo formativo e mudança de paradigmas educacionais.

A Educação Infantil, muitas vezes percebida apenas como espaço de socialização e cuidado, possui, na verdade, um papel essencial na construção das primeiras noções de identidade, pertencimento e alteridade. É nesse período que as crianças aprendem — por meio de narrativas, imagens, relações e vivências — a se ver no mundo e a ver o outro. A omissão da diversidade racial, ou a sua abordagem de forma exótica ou folclórica, constitui uma violência simbólica profunda, que afeta diretamente a formação da autoestima e da dignidade das crianças. Como afirma Nilma Lino Gomes (2017), "a criança negra tem direito de se ver representada de

forma positiva no cotidiano escolar, assim como as crianças brancas têm o direito de aprender a respeitar a diferença e romper com privilégios que produzem desigualdades".

É preciso reiterar: a infância não é um lugar neutro. Ela é atravessada pelas mesmas disputas simbólicas, políticas e culturais que estruturam a sociedade. As crianças percebem a cor da pele, o tom do cabelo, a linguagem do corpo e os gestos que dizem quem pertence e quem é excluído. Portanto, o silêncio diante do racismo é, por si só, uma forma de cumplicidade. Bell Hooks (2019) nos adverte que ensinar é um ato político, e que educar para a liberdade exige romper com os discursos que sustentam as hierarquias sociais e raciais. Ensinar com amor, para ela, é ensinar com crítica, com consciência e com coragem.

Diante disso, a prática pedagógica antirracista precisa estar presente não apenas nas atividades planejadas para o mês da consciência negra, mas no cotidiano do planejamento, na intencionalidade da escolha dos materiais, na forma como se constroem os espaços da sala, nos convites que são feitos às famílias, nas músicas que se cantam, nos livros que se leem, nas histórias que se contam e nas formas de escutar e acolher as vozes das crianças. Uma prática pedagógica comprometida com a justiça racial exige uma escuta ativa, um olhar atento às singularidades e uma abertura genuína à construção coletiva do conhecimento.

Como demonstrado nas práticas pedagógicas exemplificadas ao longo do texto, é possível — e necessário — desenvolver projetos que promovam a valorização da identidade, da ancestralidade e da representatividade. Iniciativas como a mediação de leituras com protagonistas negros e indígenas, os projetos de autorretrato e identidade, as rodas de conversa com familiares e membros da comunidade, o uso de brinquedos e bonecos de diferentes tons de pele e características físicas, bem como a presença constante de conteúdos que rompam com o eurocentrismo curricular, são passos concretos para tornar a educação mais inclusiva e significativa.

Contudo, os desafios ainda são expressivos. A resistência de parte das famílias, a omissão de algumas gestões escolares, a escassez de formação continuada sobre relações étnico-raciais e a persistência de um imaginário social que vê a infância como imune às tensões raciais são obstáculos que precisam ser enfrentados com seriedade. Kabengele Munanga (2004) lembra que o mito da democracia racial, ainda presente no senso comum, funciona como estratégia de silenciamento e negação das desigualdades. Superar esse mito na escola é, portanto, um dos primeiros passos para que a infância negra e indígena não seja mais colocada à margem do reconhecimento e da legitimidade social.

A superação dessas barreiras passa por políticas públicas efetivas de formação antirracista para docentes da Educação Infantil, pelo incentivo à produção e difusão de materiais didáticos e literários representativos e pela construção de uma cultura escolar democrática, crítica e aberta ao diálogo com as comunidades. Também passa pela coragem dos(as) educadores(as) de se implicarem no processo: rever seus próprios preconceitos, questionar práticas naturalizadas, ouvir as crianças com sensibilidade e respeitar os saberes que elas trazem.

Mais do que uma proposta pedagógica, a educação antirracista é um compromisso com a transformação social. Ela exige que a escola reconheça seu papel histórico na produção e reprodução das desigualdades raciais e se coloque como um espaço de resistência e de reinvenção. Reivindicar uma infância plural é reconhecer que não existe apenas uma forma legítima de ser criança. É compreender que há muitas infâncias, e que todas elas merecem ser acolhidas, respeitadas e celebradas.

Educar antirracistamente desde a Educação Infantil é semear o futuro com cuidado e verdade. É romper com o silêncio. É honrar as histórias apagadas. É afirmar, todos os dias, que o espaço educativo pode — e deve — ser um lugar onde toda criança tenha o direito de se ver, de se sentir pertencente, de sonhar e de existir plenamente. É nesse cotidiano de pequenas grandes ações que podemos, de fato, contribuir para a construção de um mundo em que a diferença não seja

motivo de exclusão, mas de riqueza, beleza e transformação.

BIBLIOGRAFIA

BENTO, Maria Aparecida Silva. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 23 jun. 2025.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/96, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394/96, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 mar. 2008.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução de Vanessa Borges. São Paulo: Boitempo, 2019.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOCHI, Paulo. Infância e currículo na Educação Infantil: a escuta das crianças como estratégia pedagógica. Porto Alegre: Penso, 2022.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIEDMANN, Adriana. Escutar as crianças: a escuta sensível e a escuta ativa como eixos de práticas pedagógicas democráticas. São Paulo: Panda Books, 2019.

GOMES, Nilma Lino. Educação para a igualdade racial: desafios e perspectivas. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação na Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2003.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOHAN, Walter Omar. Infância, experiência e linguagem: questões filosóficas para a educação. Petrópolis: Vozes, 2013.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2004.